

## **PROJETO DE LEI Nº 619 DE 2007**

Regulamenta o art. 60, inciso III, alínea “e”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

### **EMENDA Nº DE 2007**

Dê-se ao art.1º a seguinte redação e inclua-se o § 1º, renumerando-se o parágrafo único para § 2º do PL 619/07.

“Art. 1º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será, no mínimo, de R\$ 850,00 ( oitocentos e cinquenta reais) mensais, pela jornada de quarenta horas semanais.

§ 1º Tendo como base o piso mínimo nacional, cada Município, Estado e Distrito Federal estabelecerá seu plano de cargos e salários, em consonância com a habilitação profissional do servidor.

.....”

### **JUSTIFICATIVA**

A realidade educacional brasileira sempre apontou para as diversidades e diferenças de planos de carreira e remuneração do magistério.

Não obstante o projeto de Lei sob análise tratar do piso nacional mínimo para o magistério publico , é indispensável dispor também sobre os planos de cargos e salários destes profissionais, de modo a assegurar Municípios, Estados e o Distrito Federal a aprimorar seus respectivos planos em face das particularidades de cada ente da federação que podem melhor elaborar suas carreiras voltadas para cada caso concreto.

A partir da Lei do FUNDEB – Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica - a política educacional no Brasil não terá êxito, se não partir de um plano digno de Valorização do Magistério Nacional.

Sala das Sessões em de abril de 2007.

**NILMAR RUIZ**  
**Deputada Federal DEM/TO**